



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada
Dezembro de 2017 | PT



EDITORIAL

Caros leitores,

As rápidas mudanças na estrutura e organização das economias de hoje criam novas oportunidades, mas também novos riscos e dificuldades no mercado de trabalho. A tendência atual é substituir o trabalhador assalariado por formas flexíveis de trabalho e novos tipos de trabalhadores, o que está a causar preocupação junto da comunidade científica e dos políticos na Europa.

As mudanças no local de trabalho e as novas competências necessárias aos trabalhadores – resultantes do desenvolvimento tecnológico e da digitalização – são uma realidade com a qual temos de contar. Consequentemente, estão a surgir muitas formas atípicas de trabalho, como o trabalho a tempo parcial, o trabalho com vários contratantes e o trabalho através de plataformas em linha que funcionam como uma rede de profissionais especializados e altamente qualificados.

A evolução do local de trabalho é um aspeto essencial das atividades do CESE. Para ilustrar a importância deste aspeto, o Prémio para a Sociedade Civil 2017 será atribuído a «**projetos inovadores para promover o emprego de qualidade e o empreendedorismo para o futuro do trabalho**». Queremos premiar ideias de negócio inovadoras que representem um exemplo prático da adaptação socialmente aceitável a estas novas formas de trabalho, mas também de diferentes formas de inclusão dos trabalhadores. O CESE está a acompanhar atentamente a estratégia da UE para o emprego e as formas de combater os tipos de desemprego mais preocupantes, ou seja, o desemprego dos jovens e o desemprego de longa duração. Neste contexto, o prémio incentiva a criatividade nas empresas europeias e destaca alguns exemplos de boas práticas de combate ao desemprego.

As mudanças nas formas de emprego estão a suscitar uma reflexão crítica sobre as necessidades de proteção social na Europa. No entanto, as políticas destinadas a fazer face a estas necessidades exigem recursos financeiros significativos. A garantia desse financiamento é talvez o maior desafio com que se depara atualmente a sociedade europeia.

Estou convicto de que, nestes tempos de profundas mudanças no mundo do trabalho, os objetivos e princípios básicos do diálogo social são ainda mais importantes para chegar a compromissos satisfatórios. A Europa já dispõe de alguns bons exemplos sobre a forma de lidar com os requisitos e desafios do local de trabalho. Alguns figuram entre as 111 candidaturas ao prémio. Porém, existem muitos mais por descobrir e seguir. Já selecionámos os candidatos mais notáveis e, nos próximos dias, premiaremos as iniciativas mais interessantes, inovadoras e inspiradoras, na esperança de que o nosso apoio lhes proporcione um êxito ainda maior. Com este prémio, pretendemos igualmente divulgar e valorizar todas as pessoas que responderam ao desafio e incentivá-las a prosseguir. Exortamos todos os intervenientes da sociedade civil a prosseguirem o bom trabalho!

Gonçalo Lobo Xavier

Vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação

Tributação da economia colaborativa requer uma cooperação verdadeiramente europeia

O CESE insta a Comissão Europeia e os Estados-Membros a aplicarem os sistemas de regulação fiscal e os regimes de tributação em vigor à economia digital / colaborativa.

«O quadro jurídico deve conduzir a um regime de tributação equitativo e equilibrado para todas as atividades económicas e modelos empresariais, sem limitar o potencial da economia colaborativa de criar emprego e crescimento», afirmou **Giuseppe Guerini** (Grupo dos Interesses Diversos – IT), relator do parecer do CESE sobre a tributação da economia colaborativa, adotado em 19 de outubro.

A regulamentação fiscal em vigor não tem adequadamente em conta os novos modelos empresariais e atividades económicas. Tal gera incerteza jurídica e fiscal, distorce a concorrência e conduz à perda de receitas. Para resolver estes problemas, o CESE insta as autoridades nacionais a reforçarem a cooperação e a adaptarem as respetivas regulamentações, embora esteja convicto de que apenas uma abordagem verdadeiramente europeia permitirá lidar de forma adequada com a economia digital. «As autoridades europeias devem estabelecer formas de cooperação internacional extraeuropeia destinadas a definir



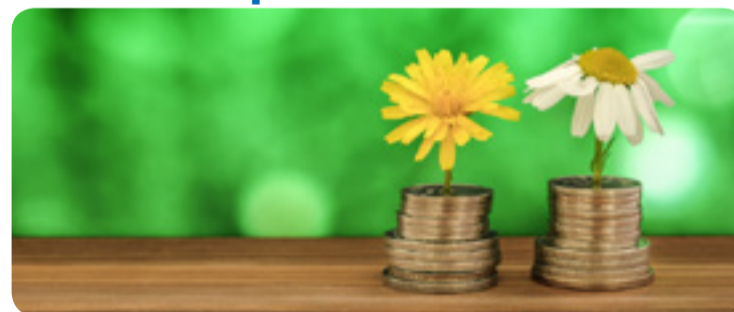
© Shutterstock

algumas regras de base para uma verdadeira economia digital», declarou o correlator, **Krister Andersson** (Grupo dos Empregadores – SE).

Apesar de as novas tecnologias facilitarem e fomentarem a economia colaborativa, o CESE considera importante avaliá-la no seu conjunto, sem a assimilar à economia digital. O CESE estima que a fixação de

limites de rendimentos mínimos pode contribuir para regular a tributação do rendimento e considera que devem ser comunicadas mais informações sobre as obrigações fiscais ao público em geral. Os responsáveis políticos e os legisladores da UE devem também assegurar a proteção dos consumidores, dos trabalhadores e dos prestadores de serviços, bem como da privacidade e dos dados pessoais. (jk) ●

Financiamento da sociedade civil é essencial para a democracia



© Shutterstock

As instituições da UE devem promover uma imagem positiva das organizações da sociedade civil, preservar a sua independência e assegurar o seu financiamento adequado, afirma o CESE.

Num clima político cada vez mais adverso à ação cívica, a União Europeia deve reiterar a importância do papel das organizações da sociedade civil, declarou o Comité Económico e Social Europeu (CESE) na sua reunião plenária de outubro.

Na apresentação do parecer de iniciativa sobre o «Financiamento das organizações da sociedade civil pela UE», o relator **Jean-Marc Roirant** (Grupo dos Interesses Diversos – FR) assinalou que o CESE formulou **mais de 25 recomendações** para reforçar as relações entre as organizações da sociedade civil e a UE e melhorar o acesso dessas organizações ao financiamento.

Este apelo à ação é oportuno, na medida em que as instituições da UE se preparam para

lançar os debates sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) pós-2020.

«As instituições da UE devem declarar veementemente que as organizações da sociedade civil são fundamentais», afirmou o relator.

O CESE recomendou que os debates retomem o tema do estatuto da associação europeia e que se prossiga o diálogo civil, em aplicação do artigo 11.º do Tratado.

O CESE instou ao **aumento de fundos para as organizações da sociedade civil** bem como à afetação de uma dotação orçamental de 500 milhões de euros ao programa «Europa para os Cidadãos» no âmbito do próximo QFP.

O CESE solicitou também a criação de um **Provedor da UE em matéria de liberdades do espaço cívico**. (ll) ●

AGENDA

Madrid, 13 e 14 de dezembro
Cimeira Euro-Mediterrânica 2017 dos Conselhos Económicos e Sociais e Instituições Similares

Bruxelas, 11 de janeiro
Conferência do CESE sobre a Inteligência Artificial

Bruxelas, 17 e 18 de janeiro
Reunião plenária do CESE

NESTA EDIÇÃO

2 CESE congratula-se com debate sobre a Europa social e pede apoio político

3 Receitas das portagens devem financiar custo das infraestruturas de transportes transeuropeias

3 É necessário reforçar a iniciativa LeaderSHIP 2020



CESE insta Comissão Europeia a reforçar as bases económicas e a dimensão social da Europa

No seu discurso na reunião plenária do CESE, o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia **Frans Timmermans** agradeceu aos membros do CESE o seu contributo para o programa de trabalho da Comissão para 2018, que foi apresentado em julho de 2017. Sublinhou que esse contributo influenciou o programa.

«Congratulo-me por nos ter envolvido no processo de decisão, mas ficaria ainda mais satisfeito se reforçasse o nosso envolvimento», comentou Georges Dassis, presidente do CESE.

O Primeiro Vice-Presidente Frans Timmermans assinalou que, embora o enquadramento económico da Europa tenha evoluído positivamente, muitos cidadãos ainda se mostram insatisfeitos devido às disparidades crescentes patentes na sociedade europeia. «Na minha honesta opinião, a única forma de conseguirmos, através de ações pertinentes e não só de gestos simbólicos, cumprir a promessa de convergência e apresentar a visão de uma sociedade em que as pessoas assumem o controlo do seu destino, individual e coletivo, é enfrentarmos juntos os problemas de natureza mundial enquanto europeus, à escala europeia», afirmou Frans Timmermans.

Gabriele Bischoff, presidente do Grupo dos Trabalhadores, congratulou-se com o facto de a Comissão dar prioridade ao pilar social. **Jacek Krawczyk**, presidente do Grupo dos Empregadores, salientou a necessidade de concentração da ação europeia nos domínios em que ela proporciona valor acrescentado. **Luca Jahier**, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, insistiu na necessidade de se ir mais longe. (sg)



Frans Timmermans, primeiro vice presidente da CE, e Georges Dassis, presidente do CESE, na reunião plenária

É preciso impulsionar as zonas rurais europeias

CESE pede à Comissão e aos Estados-Membros programas de apoio flexíveis e eficazes

É possível melhorar o desenvolvimento rural e as populações locais querem contribuir — mas é preciso apoiá-las. As autoridades nacionais e europeias têm de capacitar as aldeias e as pequenas cidades. Através do parecer sobre «**Aldeias e pequenas cidades como catalisadores do desenvolvimento rural**», adotado na reunião plenária de outubro, o CESE quer contribuir para revitalizar as zonas rurais da Europa.

«Cabe à UE e aos seus Estados-Membros dinamizar o desenvolvimento rural. Temos de fazer do espaço rural um lugar mais atrativo para viver», defende **Tom Jones** (Grupo dos Interesses Diversos – UK), relator do parecer.

O desenvolvimento económico e social requer infraestruturas adequadas, incluindo serviços de banda larga rápida e uma rede de transportes moderna. «Tal não passa apenas pelo fornecimento de uma rede inteligente de transportes rodoviários e ferroviários, mas também pela utilização inteligente e eficiente dessa rede», salienta **Tom Jones**, relator do parecer. O CESE apoia firmemente a iniciativa «Aldeias Inteligentes», da Comissão Europeia, como primeiro passo na direção certa.

A cooperação entre as cidades, as vilas e as zonas rurais em domínios como o turismo rural, as atividades no setor da saúde e a cadeia de abastecimento alimentar, beneficiaria o grande público.

O êxito do desenvolvimento rural sustentável depende do apoio da população local, que tem de participar na adoção de decisões. «Temos de incentivar as pessoas, em especial os jovens, dar-lhes voz e apoiar as suas ideias», frisa Tom Jones. (sma)

Os solos da Europa merecem melhor gestão

CESE apela para um quadro de referência a fim de preservar a saúde e a fertilidade dos solos

A conservação ou o reforço da saúde dos solos da Europa é um dos desafios mais importantes para a preservação da nossa subsistência. Como primeiro passo, o CESE propõe um quadro comum de referência ao nível da UE que estabeleça uma terminologia uniforme e critérios harmonizados para a definição do bom estado dos solos.

De dez em dez anos, a Europa perde uma área de terras aráveis com a dimensão de um Estado-Membro.

Na reunião plenária de outubro, o CESE adotou um parecer sobre a «**Utilização dos solos para a produção sustentável de alimentos e serviços ecossistémicos**», elaborado a pedido da Presidência estónia da UE. «Muitas vezes, tratamos os nossos solos como se

existissem em abundância. Num período de apenas seis anos — entre 2006 e 2012 — a ocupação anual de terras nos países europeus foi de, aproximadamente, 107 000 hectares por ano, o que conduz à perda de uma área de terras aráveis com a dimensão de Chipre, num período inferior a 10 anos. Há que pôr fim a esta enorme procura de terras», afirma **Roomet Sõrmus** (Grupo dos Interesses Diversos – EE), relator do parecer.

Um quadro de referência para a gestão sustentável dos solos

A perda de terras agrícolas representa um problema grave para todos os Estados-Membros. «É necessário proteger os nossos solos. Um quadro comum de referência ao nível da UE para os solos que defina o bom estado dos solos, estabeleça uma terminologia uniforme e critérios harmonizados para a monitorização e determine as prioridades das medidas de política seria decisivo para a utilização sustentável e a proteção dos solos agrícolas», afirma Roomet Sõrmus. (sma)

CESE congratula-se com debate sobre a Europa social e pede apoio político

Perante desafios suscetíveis de entravar o caminho da UE, o debate em curso sobre a dimensão social da Europa e o pilar europeu dos direitos sociais pode contribuir para estabelecer um novo consenso sobre as estratégias necessárias para assegurar o crescimento económico e o bem-estar dos cidadãos da União Europeia, afirma o CESE no seu parecer sobre o «Impacto da dimensão social e do pilar europeu dos direitos sociais no futuro da UE», adotado em outubro.

O CESE insta o Conselho da UE a aprovar a proclamação interinstitucional sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, na cimeira de novembro, em Gotemburgo, e a enviar uma mensagem política para a sua execução.

O texto foi elaborado por **Gabriele Bischoff** (Grupo dos Trabalhadores – DE) e **Jukka Ahtela** (Grupo dos Empregadores – FI), no seguimento do pedido da Comissão de elaboração de parecer sobre o seu Documento de Reflexão. Porém, o CESE decidiu articulá-lo com a proposta sobre a Proclamação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.



Gabriele Bischoff e Jukka Ahtela, relatores do parecer do CESE sobre o pilar europeu dos direitos sociais

O CESE reputa necessário envidar esforços suplementares a fim de definir princípios e estratégias comuns para a **convergência ascendente dos salários, a fixação de um salário mínimo que permita a todas as pessoas viver com dignidade e o reforço da coesão social e do investimento**. O CESE também manifestou preocupação com o facto de haver uma **falta de controlo da aplicação dos direitos sociais vigentes** e de existirem nos Estados-Membros «realidades muito distintas em matéria de observância» da legislação da UE. (II)

O CESE na Cimeira Social de Gotemburgo

Sob a liderança do Presidente Georges Dassis, uma delegação de membros do CESE participou na Cimeira Social de alto nível de Gotemburgo, em 17 de novembro, na qual o pilar europeu dos direitos sociais foi conjuntamente proclamado pela Comissão Europeia, pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. Em apoio ao pilar, o CESE preveniu repetidamente nos seus pareceres que sem direitos sociais, apoiados por uma base económica saudável e sustentável, o futuro da Europa estará comprometido. (II)



Jean Claude Juncker, presidente da CE, Georges Dassis, presidente do CESE, e Stefan Löfven, primeiro-ministro da Suécia, na Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento de 2017

Os cidadãos europeus precisam de mais e melhor Europa para assegurar o progresso económico

A governação da UE precisa de um sentido de missão comum, que vá muito para além das abordagens e medidas técnicas. Esta é uma das principais conclusões do pacote de pareceres do CESE sobre o futuro da economia europeia. Nos pareceres sobre a «Política económica da área do euro (2017)», sobre o «Aprofundamento da UEM até 2025», sobre as «Finanças da UE no horizonte 2025» e sobre a «União dos Mercados de Capitais: revisão intercalar» são abordados os atuais desafios para a economia da UE e apresentadas propostas específicas para os superar.

O estímulo ao investimento e à realização de reformas económicas a nível da UE, a reestruturação e o aumento do orçamento da UE, bem como a conclusão dos pilares económico, orçamental, financeiro e político da nossa União Económica e Monetária figuram entre as principais recomendações apresentadas pelo CESE no pacote de pareceres. O CESE preconiza uma combinação equilibrada de políticas económicas para a área do euro, com uma articulação adequada entre os seus componentes orçamentais, monetários e estruturais e exorta o Conselho Europeu a reconsiderar a sua rejeição de uma orientação orçamental positiva para a área do euro. Na opinião do CESE, o aprofundamento da UEM

é fundamental para apoiar mais adequadamente a política monetária e as políticas económicas nacionais, bem como para reforçar a dimensão democrática e social da governação da UE. Além disso, o CESE acolhe favoravelmente a proposta da Comissão de destacar o valor acrescentado europeu como um princípio fundamental do lado das despesas do orçamento da UE, solicita mais recursos próprios para financiar o orçamento da União e insta todos os Estados-Membros a implementarem a União dos Mercados de Capitais o mais rapidamente possível, de modo a dar um novo impulso e dinamismo à economia da UE.

O Programa de Trabalho da Comissão para 2018 recentemente divulgado mostra a intenção da Comissão de apresentar propostas específicas nas áreas salientadas pelo CESE. (jk)



© Administração pública da Suécia – Ninni Andersson

© Shutterstock

O CESE apela a uma mobilidade ecológica, competitiva e conectada para todos até 2025

Num parecer adotado na reunião plenária de outubro, o CESE apoia o objetivo da Comissão de assegurar uma mobilidade ecológica, competitiva e conectada, que integre todos os meios de transporte até 2025 e insta-a a melhorar o quadro regulamentar para criar um espaço único europeu dos transportes eficiente.

Esta foi a mensagem do parecer do CESE adotado na reunião plenária de 18 de outubro e elaborado pelo relator **Ulrich Samm** (Grupo dos Empregadores – DE) e correlator **Brian Curtis** (Grupo dos Trabalhadores – UK).

O CESE apoia a agenda para a mobilidade estabelecida pela Comissão Europeia e acolhe favoravelmente os esforços para resolver algumas questões pendentes relativas aos transportes no mercado único, tendo simultaneamente em conta os direitos humanos e laborais e os aspetos ambientais.

Contudo, o CESE insta a Comissão Europeia a continuar a aperfeiçoar as alterações legislativas propostas.

«O transporte será revolucionado pela digitalização, proporcionando maior qualidade, conveniência, flexibilidade, acessibilidade de preços e segurança nos serviços para os consumidores e as empresas», afirmou Ulrich Samm.

Os veículos elétricos podem contribuir para reduzir a poluição atmosférica a nível local, ainda que seja essencial uma política de produção de eletricidade limpa para atingir os objetivos globais da UE no que diz respeito às emissões de gases com efeito de estufa. O CESE assinala a discrepância entre a redução de emissões nos transportes rodoviários prevista neste pacote (13%) e a redução necessária (18-19%) para que o setor dos transportes contribua para o cumprimento das metas em matéria de clima até 2030. Por conseguinte, salienta que a produção de eletricidade limpa é uma condição indispensável para o êxito da introdução dos veículos elétricos no mercado de massas. (mp)



© Shutterstock

Receitas das portagens devem financiar custo das infraestruturas de transportes transeuropeias

As receitas resultantes da utilização das portagens da rede rodoviária transeuropeia devem ser reinvestidas em infraestruturas de transportes e a respetiva afetação claramente definida. As taxas de utilização rodoviária destinam-se a cobrir os custos inerentes ao desenvolvimento, funcionamento e manutenção das infraestruturas rodoviárias, enquanto as imposições relativas aos custos externos devem ser utilizadas nas intervenções de atenuação dos efeitos negativos do transporte rodoviário. Esta foi a principal mensagem de um parecer do CESE, adotado na reunião plenária de outubro, sobre a proposta de alteração da denominada Diretiva Eurovinheta da Comissão.

Na sua proposta, a Comissão defende que as receitas resultantes da utilização das portagens da rede rodoviária transeuropeia devem reverter para os cofres estatais. O CESE propõe alterar esta abordagem em conformidade com os princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador:

«De acordo com o princípio do utilizador-pagador, as receitas geradas serão reutilizadas para a manutenção das estradas e para a realização de novos investimentos em infraestruturas rodoviárias, enquanto de acordo com o princípio do poluidor-pagador as receitas geradas serão utilizadas, por exemplo, para reduzir a poluição, instalar sistemas de gestão do tráfego inovadores e pontos de carregamento para os veículos elétricos, desenvolver modos de transporte alternativos, etc.», afirma o relator do parecer **Alberto Mazzola** (Grupo dos Empregadores – IT).

O relator defende que a afetação das receitas deve ser o mais transparente possível e sugere que se estabeleçam, à entrada das autoestradas, painéis indicando o valor pago ao longo do ano para a utilização dessas autoestradas, bem como o valor nelas reinvestido. Os painéis



também poderiam indicar o nível de congestionamento, os acidentes ocorridos e o nível de redução das emissões, afirma o relator.

As receitas – estimadas **entre 10 mil milhões de euros e ligeiramente acima de 20 mil milhões** – podem contribuir significativamente para completar a rede transeuropeia de transportes. (dm)

Corpo Europeu de Solidariedade precisa de novos fundos e deve concentrar-se apenas no voluntariado

O CESE congratula-se com a criação do Corpo Europeu de Solidariedade (CES), mas alguns dos elementos deste novo programa da Comissão para o voluntariado dos jovens na Europa, incluindo o seu financiamento, devem ser esclarecidos e melhorados, afirmou o Comité no seu parecer sobre a proposta legislativa sobre o CES, adotado em outubro (relator: **Pavel Trantina** (Grupo dos Interesses Diversos – CZ); correlator: **Antonello Pezzini** (Grupo dos Empregadores – IT)).

O CESE mostra-se muito apreensivo com a proposta de fusão dos objetivos do Corpo Europeu de Solidariedade com as políticas de emprego dos jovens e propõe que seja repensada a integração das colocações em estágios e postos de trabalho no programa. Esta abordagem comporta o risco de substituir o trabalho remunerado pelo trabalho não remunerado para os jovens europeus.

A criação do Corpo Europeu de Solidariedade foi primeiro anunciada pelo Presidente Jean-Claude Juncker no seu discurso sobre o estado da União de 2016. Se for aprovado, o CES terá um orçamento de 341,5 milhões de



euros para o período de 2018-2020, devendo contar no final desse período com cerca de cem mil participantes.

Quase 58% do orçamento do CES provirá do programa Erasmus+. O CESE manifesta-se preocupado com a reafetação desses fundos e insiste em que o investimento no orçamento do CES não deve ser realizado à custa do programa Erasmus+, cujo financiamento já é insuficiente. Por conseguinte, pede que seja investido «capital novo» no CES. (ll)

Cláusulas relativas à boa governação fiscal nas convenções internacionais promoverão o desenvolvimento sustentável



Nos últimos anos, o sistema fiscal internacional suscitou um vivo interesse. A equidade das Convenções de Dupla Tributação (CDT) entre países industrializados e países em desenvolvimento, bem como o impacto dessas convenções nas receitas fiscais dos países em desenvolvimento, foram questionados.

Na reunião plenária de outubro, o CESE adotou um parecer sobre «**As parcerias da UE para o desenvolvimento no contexto das convenções fiscais internacionais**», elaborado pelo relator **Alfred Gajdosik** (Grupo dos Interesses Diversos – AT) e o correlator **Thomas Wagnsonner** (Grupo dos Trabalhadores – AT). O parecer salienta a necessidade de avaliar o impacto dos esforços internacionais para a reforma fiscal nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O CESE congratula-se com os esforços envidados pela UE e pelos seus Estados-Membros para colmatar as lacunas do sistema fiscal internacional. **Todavia, a política fiscal deve tornar-se um elemento ainda mais importante da política de desenvolvimento da UE.** Além disso, é necessário incluir cláusulas relativas à boa governação fiscal em todas as convenções pertinentes celebradas entre a UE e países terceiros, a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

O CESE defende que o investimento privado incentive o desenvolvimento, desde que esse desenvolvimento esteja em consonância com os ODS. As questões de tributação estão relacionadas com os ODS, razão pela qual as **empresas devem pagar os seus impostos no país onde geram os lucros.** (sg)

Não se pode ganhar a luta contra as alterações climáticas à custa dos cidadãos comuns

«A luta contra as alterações climáticas só pode ter êxito com a participação de todos os cidadãos. Mas não basta convencer as pessoas de que temos de mudar os nossos estilos de vida: importa igualmente prestar-lhes o apoio necessário», afirmou **Georges Dassis**, presidente do CESE, na abertura do evento paralelo à COP 23 intitulado «Uma transição justa para uma economia hipocarbónica», organizado pelo CESE em 8 de novembro, em Bona.

O CESE apresentou o seu parecer sobre «Justiça climática». Este conceito reconhece que os grupos mais vulneráveis e mais pobres da sociedade são muitas vezes as principais vítimas dos efeitos das alterações climáticas. Por conseguinte, o CESE propõe a elaboração de uma Carta dos Direitos Climáticos da UE no contexto dos desafios da crise das alterações climáticas à escala global.

A fim de atenuar o impacto das alterações climáticas, há que proporcionar aos consumidores alternativas sustentáveis que não impliquem uma redução da qualidade ou o aumento dos preços. O CESE exorta igualmente a que se eliminem os subsídios aos combustíveis fósseis.



Georges Dassis, presidente do CESE, durante o evento paralelo à COP 23

O Comité considera que todos os cidadãos têm direito a um ambiente limpo, e não apenas na Europa. «A solidariedade deve estar no cerne da aplicação do Acordo de Paris. É uma iniciativa comum e inclusiva que requer cooperação a todos os níveis», concluiu Georges Dassis. (sma)

É necessário reforçar a iniciativa LeaderSHIP 2020

A indústria da construção naval da Europa precisa do apoio estratégico da UE. A iniciativa LeaderSHIP 2020 é a ferramenta adequada, mas terá de ser reforçada e alargada até 2030. A Europa deve assumir a liderança em I & D nos domínios das alterações climáticas, poupança energética e complexidade dos navios, uma vez que a indústria marítima é fundamental para o seu futuro económico e social. A criação de polos reforçaria a competitividade da indústria. É necessário modernizar a educação e tornar o emprego mais atrativo. A UE deve igualmente combater a concorrência desleal internacional.

Foi esta a conclusão a que chegaram os peritos, num evento organizado pelo CESE em 24 de outubro, em Bruxelas, durante o qual foi debatida a situação da indústria.

Marian Krzaklewski, membro do CESE (Grupo dos Trabalhadores – PL), apresentou os desafios que se colocam numa área na qual a Europa está a ter dificuldade em manter a sua massa crítica.

Patrizio Pesci, delegado da CCMI, sublinhou o potencial para o crescimento inteligente, inclusivo e sustentável deste setor, que ainda

sofre as consequências da crise económica e financeira e da concorrência desleal dos países terceiros.

Reinhard Lükken, da SEA Europe, alertou para o facto de a falta de encomendas dos anos anteriores se fazer sentir apenas nos próximos anos. A iniciativa LeaderSHIP 2020 é a ferramenta adequada, mas deve ser reforçada e concretizada num programa LeaderSHIP 2030 que inclua o setor naval.

Elspeith Hathaway, da IndustriAll, salientou que, apesar da perda de postos de trabalho

oscilar entre 15% e 75%, o setor ainda é responsável por 5,4 milhões de postos de trabalho na Europa e 50% do abastecimento marítimo a nível mundial. O desafio será manter as competências. A aprendizagem ao longo da vida é crucial neste setor de alta tecnologia e é necessário promover a mobilidade.

Agnieszka Montoya-Iwanczuk, da DG GROW, apresentou um estudo demonstrativo de que a cadeia de abastecimento da construção naval na Europa é superior à da China ou do Japão, embora muito mais heterogênea, com algumas grandes e muitas



pequenas empresas. Apela-se à criação de polos e à realização de investigação marítima europeia específica. (sma)

Levar a cultura ao coração da Europa

pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

No dia 18 de outubro, o Grupo dos Interesses Diversos, presidido por Luca Jahier, organizou o concerto «El Sistema Belgium: ReMuA / Shake Young Orchestra e o Ensemble Connect». Esta foi a primeira iniciativa cultural que o CESE promoveu no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural (2018).

El Sistema Belgium: ReMuA / Shake Young Orchestra e o Ensemble Connect é um projeto da ReMuA, uma associação sem fins lucrativos que, desde 2013, leva músicos às escolas de Bruxelas e de Liège para a realização de ateliês semanais de música. Estes inspiram-se no modelo do famoso projeto venezuelano El Sistema, conhecido pela sua abordagem de grupo na aprendizagem de um

instrumento musical. Volvidos alguns anos, as crianças de nível mais avançado tocam agora na ReMuA/Shake Young Orchestra.

A acompanhar esta vibrante orquestra juvenil multicultural esteve o Ensemble Connect. O projeto El Sistema Belgium oferece há vários anos a centenas de crianças a oportunidade de iniciarem uma formação musical e aprenderem um instrumento na escola ou respetiva freguesia.

Atividades como aprender a cantar e/ou a tocar um instrumento no seio de um grupo tornam-se parte integrante da rotina normal destas crianças. Os ateliês que frequentam podem ir de hora e meia a cinco horas por semana. Os ensaios da orquestra são a expressão de uma comunidade em



que impera a escuta, o respeito e o espírito de cooperação. Em Bruxelas, as freguesias de Molenbeek, Laeken, Schaerbeek, Forest, Ixelles e Bruxelas-Capital respiram vitalidade graças a estes valores musicais emergentes, formados pela ReMuA, que tocam numa das orquestras do El Sistema Belgium. (cl)

Vantagens da sociedade digital

pelo Grupo dos Empregadores do CESE

A sociedade digital não é apenas uma oportunidade, é uma necessidade — eis uma das conclusões da conferência sobre as **vantagens da sociedade digital**, organizada pelo Grupo dos Empregadores e realizada em 25 de outubro de 2017, em Taline, na Estónia. Os participantes debateram vários aspetos da sociedade eletrónica e do mercado único digital. A cibersegurança, a confiança social, o livre fluxo de dados, o desenvolvimento das infraestruturas e a supressão dos obstáculos ao mercado único digital foram apenas algumas das questões suscitadas.

A digitalização já está a transformar a forma como gerimos as nossas empresas. A revolução está em curso e todos podem beneficiar dela, sublinhou **Jacek Krawczyk**, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, no seu discurso de boas-vindas.

Aos novos modelos empresariais subjaz uma nova mentalidade, afirmou **Kadri Simson**, ministro da Economia e das Infraestruturas da Estónia, no seu discurso. É fundamental ver a digitalização como uma oportunidade e não como uma ameaça. A legislação deve ajudar as empresas a crescer, em vez de criar novos obstáculos.



A conferência foi organizada conjuntamente pelo Grupo dos Empregadores, a Presidência estónia do Conselho da UE, a Confederação dos Empregadores e a Câmara de Comércio e Indústria da Estónia. (lj)

Apresentação do livro *Le dialogue social européen: Histoire d'une innovation sociale (1985-2003)*

pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

No dia 7 de dezembro de 2017, tem lugar a apresentação do livro *Le dialogue social européen: Histoire d'une innovation sociale (1985-2003)* [Diálogo social europeu: A história de uma inovação social (1985-2003)], organizada pelo Grupo dos Trabalhadores.

Como indica o título francês, esta obra traça a história do diálogo social europeu de 1985 a 2003 – da sua génese à sua autonomia. Para tal, baseia-se num acervo documental e em entrevistas a várias figuras de proa que conceberam, marcaram e desenvolveram o diálogo social europeu – sindicalistas,

empregadores e intervenientes europeus. Não é uma história pacífica. Não lhe são alheios conflitos nem fracassos. Mas é uma história com raízes sólidas e profundas na consciência europeia, assente num entendimento do que pode trazer benefícios concretos para os cidadãos. É também uma das melhores formas de consubstanciar os valores fundamentais da Europa: o progresso social e a solidariedade, a coesão social e a democracia, o desenvolvimento e a resiliência.

À apresentação do livro na presença do autor, **Jean Lapeyre**, antigo secretário-geral adjunto da CES, seguir-se-á um debate com a participação de numerosos dirigentes



sindicais nacionais. Estão previstas intervenções de **Gabriele Bischoff**, presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, **Cándido Méndez**, antigo secretário-geral da UGT

NOTÍCIAS BREVES

CESE participa no debate sobre o direito das pessoas com deficiência e o seu acesso ao voto nas eleições europeias

Em 7 de dezembro, o presidente do CESE, Georges Dassis, e os membros Yannis Vardakastanis e Krzysztof Pater participarão na 4.ª reunião plenária do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência (FED), que terá lugar no Parlamento Europeu para assinalar o 20.º aniversário do FED.

Yannis Vardakastanis, presidente do FED, proferirá um discurso inaugural, e Georges Dassis e Krzysztof Pater (Grupo dos Interesses Diversos – PL), relator do parecer do CESE sobre o «Direito das pessoas com deficiência a votar nas eleições para o Parlamento Europeu», participarão na sessão intitulada «Queremos um voto», que visa garantir que as eleições europeias de 2019 sejam plenamente acessíveis às pessoas com deficiência.



O CESE está firmemente convicto de que a participação ativa na vida pública está no cerne das sociedades democráticas, pelo que negar este direito às pessoas por motivos de deficiência é uma forma de discriminação. Por esta razão, está em curso uma análise dos processos eleitorais do PE na perspetiva das eleições europeias de 2019, uma vez que, atualmente, as pessoas com deficiência ainda são excluídas ou enfrentam obstáculos à participação. (mrg)

Preparação para a Presidência búlgara

Em 1 de janeiro de 2018, a Bulgária sucederá à Estónia na Presidência rotativa da União Europeia. Tendo em vista a nova Presidência, a Mesa do CESE realizou uma reunião extraordinária em Sófia, e está a preparar uma série de pareceres, eventos e outras iniciativas, em Bruxelas e na Bulgária. A edição de janeiro deste boletim informativo incluirá uma perspetiva geral das prioridades da Presidência, bem como um calendário das atividades do CESE conexas.



Votos de Boas Festas

Desejamos a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano 2018!

Agradecemos o interesse e apoio demonstrados durante os últimos doze meses e anunciamos aos nossos leitores em toda a Europa a chegada do nosso novo boletim informativo em formato digital a partir da próxima edição!



e antigo presidente da CES, **Luc Triangle**, secretário-geral da IndustriAll, **Marie-Hélène Ska**, secretária-geral da CSC, e **Peter Scherrer**, secretário-geral adjunto da CES,

entre muitos outros. O objetivo é olhar em conjunto para o passado para poder refletir melhor sobre o futuro do diálogo social e da contratação coletiva. (mg)

Editores:

Eleonora Di Nicolantonio (editora-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifí (ks)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Marian Rosado Gallardo (mrg)
Margarita Gavanis (mg)
Margarida Reis (mr)
Siana Glouharova (sg)
Sílvia M. Aumair (sma)

Coordenação:

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifí (ks)

Data do fecho desta edição:
15 de novembro de 2017

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel.: (+32 2) 546.94.76
Fax: (+32 2) 546.97.64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu. Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio do Comité: URL: <http://www.eesc.europa.eu/pt/news-media/eesc-info> O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité. A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor). Tiragem: 6 500 exemplares. IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO



Serviço das Publicações

Dezembro de 2017 / 9